



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE S. BRÁS DE ALPORTEL

**ACTA N.º3/2010**

**ACTA DA 1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA  
NO DIA VINTE E UM DE JUNHO DE DOIS  
MIL E DEZ. -----**

----- Aos vinte e um dias do mês de Junho de dois mil e dez, na sala de sessões do edifício dos Paços do Município realizou-se a primeira sessão extraordinária deste ano, previamente convocada, contando com a presença dos seguintes elementos: ---

----- José do Carmo Correia Martins, Ulisses Saturnino Duarte de Brito, Judite Gil Gonçalves Neves, Ivo Manuel dos Santos Tomé, João Manuel Rodrigues Guerreiro Grenhas, Ilídio da Conceição Viegas, Sónia Costa do Rosário, Lina Maria Gonçalves Gago Sequeira, Francisco Bettencourt Keil Amaral, Raquel Gonçalves Neto Alves em substituição de José Manuel da Costa Dantas, Henrique José Machado Nicolau, Tânia Sofia da Conceição Pires Revés, Norberto Miguel Brito Lopes de Jesus, Luis Filipe Viegas da Graça em substituição de António Domingos Cerdeira Leitão Pires, Paulo Viegas Guerreiro e David José Ventura Gonçalves.-----

----- Estavam igualmente presentes os Vereadores Marlene Sousa Guerreiro e João Carlos Mendonça D'Aragão e Moura. -----

----- Verificada a existência de quórum o Presidente da mesa leu o edital que deu origem a esta sessão contendo um único ponto da ordem de trabalhos: -----

----- **PONTO ÚNICO:- PEDIDO DE PARECER PARA ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS.** -----

----- Seguidamente agradeceu à Chefe de Divisão Administrativa Municipal – Ema Pinto, bem como aos restantes colaboradores o esforço que tiveram para fornecer em tempo útil todos os mapas, quadros e notas justificativas, documentos necessários para se conseguir demonstrar todos os valores a despende e os lugares a

preencher.-----

----- Referiu igualmente que a complexidade deste assunto justifica o facto desta sessão ter sido adiada, visto que surgiram algumas dúvidas depois da análise dos primeiros quadros o que fez com que fosse revisto todo o processo para ser apresentado nas devidas condições.-----

----- De seguida leu o ofício da Câmara Municipal bem como a proposta que lhe vinha anexa e que já foi presente à reunião daquele órgão tendo merecido a aprovação unânime.-----

----- Usando da palavra o Presidente da Câmara disse que esta sessão se deve ao facto de, desde há dois anos a esta parte todos os dias sair legislação nova o que faz com que existam numerosas alterações. -----

----- Referiu que a despesa com o pessoal a termo certo aproxima-se muito do seu limite (sessenta por cento da receita corrente do ano anterior) daí que se tornasse necessário criar condições para que estes lugares fossem ocupados por pessoal com contrato a termo indeterminado.-----

----- Fez um breve historial da forma como foi feita, ao longo dos anos a contratação do pessoal, de acordo com os lugares vagos e com as necessidades, consoante se iam colocando em funcionamento novos equipamentos, ou se aposentavam alguns funcionários, não possuindo excedentários.-----

----- Acrescentou ainda que tem sido prática corrente cada vez que se recruta um funcionário, o mesmo não ter um contrato a termo indeterminado, para se poder avaliar o seu desempenho e só posteriormente é que se cria esta situação, podendo aquele funcionário vir ou não a ocupar o lugar.-----

----- No entanto, com as sucessivas alterações à lei, hoje nada garante que o lugar seja para o funcionário que vem desempenhando o cargo há anos, porque, se houver uma pessoa a concorrer que tenha relação jurídica de emprego com a função pública, pode ocupar o lugar, desde que reúna as condições, sem fazer provas específicas. -----

----- Acrescentou que anteriormente, conseguia-se durante mais ou menos um mês concluir um processo de recrutamento para preenchimento de um lugar quer a termo certo quer indeterminado, o que actualmente não acontece, tornando-se um processo bastante moroso face às alterações recentemente introduzidas. -----

----- Referiu que é publicada diariamente legislação que vem complicar e atrasar todo o processo. Tendo em conta a que está hoje em vigor, é necessário que a Assembleia Municipal emita um parecer favorável por forma a cumprir os vários requisitos. -----

----- Seguidamente apresentou os quadros contendo o número de funcionários efectivos e os funcionários a recrutar, divididos por unidades orgânicas, informando que se torna necessário obter o parecer favorável para dotar atempadamente alguns serviços que correm o risco de encerrar portas, ainda que por pouco tempo até se concluírem todos os procedimentos. -----

----- Referiu que nos quadros constam os concursos que estão a decorrer e os que estão previstos abrir, os mapas do pessoal que se aposentou, bem como os valores e despender com todas estas alterações.-----

----- Lina Sequeira disse que fez uma pesquisa na Bolsa de Emprego Público para ver quais os procedimentos concursais que a Câmara de S. Brás tinha aberto, chegando à conclusão que existiam apenas quatro concursos para preenchimento de seis vagas o que lhe parece extremamente diminuto para os lugares que agora se apresentam. -----

----- Outra dúvida colocada tem a ver com os valores que alguns funcionários auferem actualmente e os que irão usufruir futuramente, verificando-se uma redução nalgumas situações. -----

----- Ivo Tomé disse não perceber qual o enquadramento legal que obriga a que este assunto careça de parecer da Assembleia Municipal. -----

----- Respondendo, o Presidente da Câmara referiu que a diferença de vencimento nos técnicos superiores tem a ver com o facto dos mesmos já estarem ao serviço há cerca de cinco ou seis anos e como tal não acha justo reduzir cerca de cento e setenta euros ao seu vencimento. Acrescentou que no sector dos pedreiros verifica-se que existe um pedreiro a ganhar menos que o servente. Uma vez que a lei prevê a negociação de vencimento com os funcionários achou justo atribuir o valor correspondente ao escalão seguinte que corresponde a cerca de mais quarenta euros.-----

----- Em relação à questão colocada pelo elemento Lina Sequeira disse que o mesmo se refere ao facto de cada vez que um funcionário se aposenta o que vem

ocupar o seu lugar não deverá auferir o mesmo valor. -----

----- Acrescentou que a obrigatoriedade de vir à Assembleia Municipal tem a ver com a conjugação de várias leis e com o orçamento de estado. -----

----- Em relação à consulta à BEP (bolsa de emprego público), solicitou à Chefe de Divisão – Ema Pinto que prestasse os esclarecimentos necessários. -----

----- Ema Pinto referiu que os únicos concursos que estão na bolsa de emprego público são os que estão em fase de candidatura, os que já ultrapassaram esta fase já não se encontram neste site. -----

----- Lina Sequeira disse que para além destes quatro concursos que estão publicitados não encontrou mais nenhum que tivesse decorrido anteriormente, pelo que lhe foi respondido que os que estão a decorrer, ou quase finalizados, foram abertos em dois mil e nove. -----

----- Acrescentou ainda que tem havido uma grande dificuldade na aplicação do método de avaliação psicológica porque existem poucas empresas a fazê-lo e a Direcção Geral de Administração e Emprego Público tem dificuldade em dar resposta a todas as solicitações. -----

----- Ivo Tomé perguntou como é que se justifica o facto de ser necessário o parecer da Assembleia Municipal e estarem decorrer vários concursos sem esse parecer, tendo o Presidente da Câmara respondido que a Lei do Orçamento de Estado apenas foi publicada em Abril. -----

----- Não tendo havido mais intervenções o Presidente da mesa pôs à votação este ponto tendo sido deliberado, por unanimidade emitir parecer favorável à abertura de procedimentos concursais. -----

----- Ivo Tomé referiu que a bancada do Partido Social Democrata não está hoje nesta Assembleia para tomar uma verdadeira decisão, a mesma tem vindo a ser tomada na apresentação dos sucessivos orçamentos da Câmara com os respectivos aumentos de quadro de pessoal e das despesas daí inerentes. Em tempo oportuno apresentaram a tomada de posição sobre esses assuntos e hoje fizeram apenas um acto administrativo para que o emprego e a economia são-brasense não fiquem prejudicados. -----

----- Francisco Amaral felicitou o executivo pelo facto de tornar mais estável a situação precária em que se encontram alguns trabalhadores, facto que a Coligação

Democrática Unitária sempre defendeu durante a campanha eleitoral. -----

----- Não tendo havido mais intervenções o Presidente da mesa deu por encerrada a sessão, quando eram vinte duas horas e quarenta minutos, da qual se lavrou a presente acta que foi aprovada em minuta pelo seu conteúdo ter ficado gravado em cassete, acta essa que vai ser assinada pela mesa e por mim \_\_\_\_\_primeiro secretário que a subscrevi. -----